

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, COM ÊNFASE NA ÁREA DE DEFICIÊNCIA VISUAL, EM VILA VELHA/ES: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Merislandia Paulo da Silva Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo
merislandia.pedagogia@gmail.com

Do direito à educação: políticas de acesso, permanência e qualidade social
Comunicação oral

Resumo: Este texto traz como discussão central as políticas de Educação Especial, com ênfase na área de deficiência visual, vividas por gestores responsáveis pela área no Núcleo de Educação Especial da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES entre 2013 a 2015. As discussões apresentadas têm como objetivo evidenciar como a área da deficiência visual é contemplada na política educacional do município de Vila Velha/ES, a partir de documentos locais e da visão dos responsáveis pela área no Núcleo de Educação Especial. A pesquisa é de cunho qualitativo com dados oriundos de entrevistas semiestruturadas e observações no cotidiano. Contou-se com as contribuições teóricas de Boaventura de Sousa Santos como aporte teórico. E como aporte metodológico, apoiou-se em pressupostos da cartografia, que é um método que acompanha movimentos, investiga processos. O campo empírico foi composto pelo Núcleo de Educação Especial da rede municipal de ensino. Os resultados da pesquisa apontam a busca de avanços na área de deficiência visual e, no momento do estudo, buscava-se efetivar o atendimento no contraturno de matrícula com a implantação de escolas referência. É uma aposta da Rede para garantir a escolarização do aluno com deficiência visual.

Palavras-chave: Deficiência visual. Inclusão escolar. Política de Educação Especial.

Introdução

Este texto surge de nossas análises sobre a política vivida pelos profissionais da Educação Especial entre 2013 e 2015, com foco na área de deficiência visual,¹ da rede de ensino de Vila Velha/ES e se constitui como parte de uma pesquisa

¹ O termo deficiência visual será usado neste estudo para fazer referência tanto a alunos com baixa visão quanto a alunos cegos.

maior financiada pelo CNPq² e realizada no período de agosto a dezembro de 2015.

Nossas discussões nesse texto têm como objetivo evidenciar como a área da deficiência visual é contemplada na política educacional do município de Vila Velha/ES a partir de documentos locais e da visão dos responsáveis pela área no Núcleo de Educação Especial.

O estudo teve como lócus de pesquisa o Núcleo de Educação Especial da rede de ensino de Vila Velha e os sujeitos envolvidos foram a coordenação de Educação Especial e os responsáveis pela área de deficiência visual.

Situamos a escolha da temática por sermos professora de deficiência visual e a opção para realizar a pesquisa em Vila Velha se deu porque tínhamos a intenção de compreender um pouco a política do município, atravessada por movimentos “contraditórios” evidenciando avanços e retrocessos na rede de ensino, devido às descontinuidades políticas (BERNARDO, 2010; CARVALHO, 2016), o que impacta consideravelmente a Educação Especial, inclusive a área de deficiência visual.

A escolha dos profissionais do Núcleo de Educação Especial se justifica por serem eles os responsáveis por elaborar políticas locais para a área, socializar e dialogar sobre as políticas e legislações nacionais e municipais nas escolas da Rede e ainda acompanhar as políticas em ação. Não significa necessariamente que acontece na escola da forma planejada pelo Núcleo de Educação Especial, já que as mudanças não ocorrem efetivamente por decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola. Dessa forma, “A política pública aqui estudada é entendida como processo que envolve relações e práticas coletivas e, portanto, é permeada pela dinamicidade e pelo movimento” (TOSTA, 2014, p. 37).

² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Nosso foco foi conhecer a área da deficiência visual e, para isso, desenvolvemos o estudo observando e fazendo o levantamento de documentos internos sobre a política local. Esse levantamento nos ajudou a fazer um panorama sobre a política local e suas especificidades, entendendo o cenário da Educação Especial no município e, em particular, o da deficiência visual.

Nesse percurso, realizamos entrevistas semiestruturadas com os gestores públicos responsáveis pela Educação Especial e, especificamente, pela área de deficiência visual. Dialogamos sobre a política de Vila Velha com o propósito de conhecer e analisar, a partir desses profissionais, seu entendimento sobre a política local.

Como aporte teórico, nos apoiamos em algumas proposições de Boaventura de Sousa Santos. Também utilizamos alguns autores que discutem a Educação Especial e a política educacional. Enfatizamos que Santos (2007) aposta que a possibilidade de um futuro melhor não está distante se reinventarmos o presente, tornando o futuro coerente, criando constelações de saberes e práticas para fornecer alternativas credíveis, propiciando inteligibilidade recíproca no interior da diversidade, entre as experiências, tanto as disponíveis, quanto as possíveis.

Santos (2007, p. 26) lança uma possibilidade de aposta ampliando o presente e contraindo o futuro. “Ampliar o presente para incluir nele muito mais experiências, e contrair o futuro para prepará-lo”, substituindo um futuro sem limites por um futuro concreto e justo. Tal movimento nos permitiu pensar que esse “compromisso” necessita ser assumido por todos os profissionais da escola e por todos do Núcleo de Educação Especial, para, assim, construirmos uma escola melhor para os alunos público-alvo da Educação Especial,³ inclusive para os alunos com deficiência visual.

³ Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Decidimos ser orientada pela metodologia cartográfica, que nos permitiu buscar um olhar atento, determinante na produção de dados da pesquisa e sensível à realidade, objetivando entender como se colocavam as questões cotidianas, não apontando como certo ou errado, mas com um olhar que buscasse acompanhar a processualidade.

Na linha de Santos (1988), a cartografia nos auxilia a representar o espaço, pois quanto maior for a escala, mais elevado será seu grau de especificação. Com isso, os mapas de grande escala têm um grau mais elevado de precisão que os mapas de pequena escala. Quanto maior for a escala, mais próximo estaremos daquilo que almejamos representar.

Nessa perspectiva, para este estudo, podemos apontar que a pequena escala trata-se da política educacional nacional de Educação Especial com foco na deficiência visual. Então, ampliando a escala, focamos na materialização das políticas em ação para o aluno com deficiência visual nas ações cotidianas em seu contexto municipal a partir do Núcleo de Educação especial, ou seja, na linha de Santos (1988) usamos a grande escala.

Ampliamos da pequena escala para a grande escala, do macro para o micro, sabendo da ligação entre o contexto nacional e local, “[...] uma vez que o processo político é entendido como multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro” (MAINARDES, 2006, p. 55).

“A realidade cartográfica se apresenta como um mapa móvel, de tal maneira que tudo aquilo que tem aparência de ‘o mesmo’ não passa de um concentrado de significação, de saber e de poder [...]” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2012, p. 10).

Análises dos dados

Neste item, discutiremos sobre o Núcleo de Educação Especial, evidenciando sua organização e políticas locais emanadas do espaço.

A fim de entender o campo político da Educação Especial em Vila Velha, ressaltamos que o Núcleo de Educação Especial do município foi criado em 2005 em cumprimento à Resolução CNE/CEB, nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Em seu art. 3º, parágrafo único, estabelece que os sistemas de ensino “[...] devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva” (BRASIL, 2001).

Assim, analisando os documentos locais, perpassando a Educação Especial e chegando à política de deficiência visual do município estudado, colocamos em análise a política atual do Núcleo de Educação Especial, buscando compreender a política central para a área.

Dentre os documentos compilados específicos do município de Vila Velha para a materialização das políticas locais, trazemos o Projeto de Atuação do Núcleo de Educação Especial/Semed (versão preliminar), elaborado em 2013, tendo como parâmetro dois documentos⁴ da política estabelecida em Vila Velha entre 2004 a 2008.

O princípio orientador da política de Educação Especial se assenta em uma proposta de atendimento pedagógico e na oferta de formação continuada para os professores da sala de aula do ensino comum, professores do atendimento colaborativo, pedagogos e diretores das unidades de ensino.

Cumprido destacar que a oferta de formação continuada para professores da Educação Especial, inclusive para a área de deficiência visual, vem acontecendo, porém faz-se necessário o avanço dessa oferta para outros profissionais da escola, visando à colaboração, item presente nos documentos

⁴ Política Municipal de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: princípios e ações na rede de ensino de Vila Velha e Projeto de Implementação da Educação Especial para Deficientes Visuais do Município de Vila Velha/ES: enxergando o futuro.

locais. Enfatizamos que esse movimento evidencia a tentativa do Núcleo de Educação Especial em avançar na área. Entendemos que se trata de um processo. Há movimentos no município de Vila Velha.

O documento, buscando reestruturar o Núcleo, sistematiza a atuação dos profissionais que o compõem, trazendo avanços nas ações da equipe central e da equipe de professores, no que diz respeito, principalmente, à formação continuada dos profissionais da escola.

A organização de profissionais e equipes atuantes do Núcleo, no momento de nosso estudo, se dá com a Coordenação Central; Equipe de Surdez, Equipe de Trabalho Colaborativo; Equipe de Atendimento Educacional Especializado, Equipe de Deficiência Visual e conta com psicólogo, fonoaudiólogo e assistência social.

Na rede de ensino de Vila Velha, o atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial é ofertado em duas modalidades: atendimento colaborativo, em que o professor especializado desenvolve seu trabalho na sala de aula do ensino regular junto com o professor regente, que pode ser por itinerância ou em uma única escola; e o atendimento educacional especializado, realizado em contraturno de escolarização do aluno (não realizado para toda a área da educação especial).

O atendimento colaborativo oferecido ao aluno com deficiência visual foi narrado pelos profissionais do Núcleo. Os excertos que seguem evidenciam as suas análises.

O professor de deficiência visual, o especialista, atende o aluno no turno de escolarização, não atende o aluno do outro turno. Os professores organizam a dinâmica do horário considerando a dinâmica da escola, fica um pouco com cada aluno. [...] o trabalho do professor [é] acompanhar esse menino, é fazer a

articulação entre o conteúdo do ensino comum (DAIANE⁵, profissional do Núcleo⁶).

Na prática, o professor de deficiência visual trabalha junto com o professor do regular dentro da sala aula e faz todas as adaptações necessárias. Esse trabalho chama-se [atendimento] colaborativo (MÁRIO, profissional do Núcleo).

De acordo com as narrativas, o professor do atendimento colaborativo atende ao aluno dentro da sala de aula regular junto com o professor regente, fazendo o possível para que o aluno tenha seus materiais adaptados, tendo assim condições de acompanhar a turma.

No que tange ao atendimento educacional especializado, realizado no contraturno de escolarização do aluno, no momento do estudo, não estava acontecendo na área de deficiência visual, no município de Vila Velha.

Nesses termos, podemos nos remeter a Mainardes e Alferes (2014, p. 397), quando argumentam não ser “[...] possível descrever e analisar uma política educacional sem compreender a lógica global de um determinado sistema de produção”. Em outras palavras, não é possível analisar a política de Vila Velha sem entender a complexidade do município e a descontinuidade que se deu nas políticas, inclusive as políticas do contraturno para alunos com deficiência visual. Para os autores, isso “[...] significa que a especificidade da análise de uma política educacional é um complexo que integra uma totalidade social e, por esta razão e a partir desta perspectiva, o estudo [...] do movimento e das contradições é um elemento central” (MAINARDES; ALFERES, 2014, p. 397).

Podemos perceber a busca por essa modalidade de serviço, para os alunos com deficiência visual, por meio dos documentos e das observações das ações e diálogos dos profissionais do Núcleo com a pesquisadora: “Não tem ainda [...]. Estamos tentando fazer isso, alunos com deficiência visual vão voltar no contraturno” (MÁRIO, profissional do Núcleo). Fala que nos remete a Santos

⁵ Os nomes dos profissionais do Núcleo de Educação Especial são fictícios.

⁶ Núcleo de Educação Especial.

(2007) com o “ainda não”, mais há movimentos, a Rede busca por implementar essa modalidade de atendimento para o aluno com deficiência visual.

O Projeto de Atuação do Núcleo de Educação Especial/Semed (versão preliminar/2013) evidencia que a função da Equipe de Deficiência Visual, composta por professor especialista nas áreas de deficiência visual e orientação e mobilidade, é ministrar aulas aos alunos cegos e/ou com baixa visão, adaptando conteúdos com práticas pedagógicas que possibilitem: promover o acesso ao currículo escolar; desenvolver projeto de formação continuada para os profissionais da escola; proporcionar atividades de vida diária e orientação e mobilidade conforme demanda; vincular a prática com produção teórica e acadêmica pela via de pesquisas.

Os professores especialistas da área de orientação e mobilidade da Rede estão exercendo suas funções no atendimento colaborativo ao aluno com deficiência visual. De acordo com conversas informais com professores especializados da área de deficiência visual, é no atendimento colaborativo que alguns professores buscam suprir a demanda de orientação e mobilidade no turno de escolarização.

Outro documento compilado no município é a Lei nº 5.629, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação com vigência pelo prazo de dez anos, dedica a Meta 4 para tratar da área de Educação Especial e, mais especificamente, a Meta 4.9 para tratar da área de deficiência visual:

4.9) ampliar a proposta de ação governamental do município na área de deficiência visual [...], proporcionando material adaptado para o aluno com deficiência visual [...] e a disponibilização de transporte escolar para o deslocamento dos alunos cegos e baixa visão até as escolas polos (VILA VELHA, 2015a, p. 9, grifos nossos).

Visando retomar a implantação de escolas polo,⁷ esse documento sinaliza para a questão. Cabe destacar que a ideia de escola polo passou a ser chamada de

⁷ A proposta de escolas polo objetivava oferecer atendimento completo ao aluno com deficiência visual, no turno e no contraturno. Para tal, fazia-se necessária a aquisição de uma vasta lista

escola referência nos documentos posteriores e na fala dos profissionais da educação.

Durante nossa pesquisa de campo, as atenções do Núcleo de Educação Especial, em relação à área de deficiência visual, tiveram forte destaque na proposta de implantação de escolas referência.

A estrutura de escolas referência para alunos com deficiência visual, na medida do possível, foi pensada para escolas que já tinham estrutura física apropriada, “[...] com um padrão de qualidade das construções adotadas desde 2003, que receberam adaptações de acessibilidade tátil e de sinalização” (VILA VELHA, 2008, p. 6).

No entanto, as escolas que tinham a referida estrutura sofreram desgaste da ação do tempo. Ainda assim, “[...] na reunião realizada pela prefeitura com os diretores, eles se colocaram à disposição, pois tiveram a ‘promessa’ de que as condições de estrutura física da escola seriam melhoradas para atender à demanda” (LÍDIA, profissional do Núcleo).

Como pudemos capturar, são demandas que exigem planejamento macro do sistema, pois dependem de várias organizações. As “[...] políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades” (BALL; BOWE apud MAINARDES, 2006, p. 52).

Nesse processo, cabendo ao Núcleo de Educação Especial a parte pedagógica, tivemos a oportunidade de acompanhar uma reunião com os pais de alunos com deficiência visual. Nessa reunião, o Núcleo pretendia esclarecer e deixar a

de materiais a serem adquiridos, bem como recursos humanos e físicos (VILA VELHA, 2005). Foram pensadas escolas polo para o atendimento aos alunos com deficiência visual nas cinco regiões administrativas de Vila Velha. Aos poucos algumas escolas polo foram se materializando, mas foi interrompida na gestão posterior, a do prefeito Neucimar Fraga (2009-2012).

família a par dos movimentos que vinham se desenhando no município sobre as escolas referência.

Assim, foi explicado na reunião, por Lídia, profissional do Núcleo:

Todos os alunos com deficiência visual dessa região serão matriculados nesta escola⁸. [...]. Terá professor para o [atendimento] colaborativo na sala de aula do aluno trabalhando junto com o professor regente. O atendimento educacional especializado vai acontecer duas vezes por semana à tarde e, no dia desse atendimento, o aluno vai almoçar na escola. O aluno terá material ampliado e adaptado tanto na sala de aula no turno em que estuda quanto no contraturno no que for necessário. E, ainda, a prefeitura vai disponibilizar o vale social⁹ para quem precisa usar o transporte público.

O vale social é um benefício que objetiva levar as matrículas dos alunos para as escolas referência sem causar problemas financeiros às famílias. Em nossa opinião, é um fator que é determinante para o sucesso da chegada das matrículas nessas escolas.

Sobre a importância da escola referência no cenário municipal de Vila Velha, acreditamos que essa ação centraliza e otimiza a política de deficiência visual. Temos uma questão de consolidação de um conhecimento específico que é aferido na hora da contratação, ou sabe Braille, ou não sabe Braille; não tem o número suficiente de professores com esse conhecimento específico, pelo menos em Vila Velha. Então, centraliza na ordem de contratação de professores e otimiza na ordem do financiamento.

Ainda, temos que levar em consideração que o fato de esses alunos estarem em uma mesma escola faz necessário criar condições materiais para que as

⁸ A família é incentivada a fazer a matrícula do filho nas escolas referência, no entanto, de acordo com Lídia, profissional do Núcleo, a família pode optar, ou seja, o aluno pode ser matriculado na escola mais próxima de sua residência.

⁹ O vale social é uma ajuda financeira que a prefeitura vai disponibilizar mensalmente às famílias que precisarem usar o transporte público para chegar às escolas referência, pois o aluno e seu acompanhante, normalmente, têm gratuidade, mas, ao sair da escola sem o filho, a família tem que arcar com o transporte.

questões da educação evoluam. Levar o aluno para a escola referência significa assumir que, naquela escola, o aluno será mais bem atendido em suas especificidades do que em outras escolas da rede de ensino.

Com essa reunião com as famílias, pudemos perceber que há movimento, que a equipe do Núcleo busca implantar a escola referência, pois estava na escola para mostrar aos pais a importância de centralizar os serviços pedagógicos na área da deficiência visual.

É com esse olhar que finalizamos este item do texto, salientando que buscamos evidenciar as pistas trazidas pelos gestores do Núcleo de Educação Especial, inclusive os da área de deficiência visual, sobre seu fazer cotidiano que puderam criar “inteligibilidade” entre as experiências disponíveis e as possíveis.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo evidenciar como a área da deficiência visual é contemplada na política educacional do município de Vila Velha/ES a partir de documentos locais e da visão dos responsáveis pela área no Núcleo de Educação Especial.

Os dados nos evidenciam que a formação para todos os profissionais da escola ainda não pôde ser implementada, acontecendo atualmente por áreas da Educação Especial, com o professor do atendimento colaborativo, inclusive para a área de deficiência visual. Cumpre destacar que é um movimento importante que nos evidencia que o Núcleo de Educação Especial vem buscando concretizar o que preconiza os documentos locais, embora ainda não fosse possível realizar da forma elencada por esses documentos, trata de um processo.

Vale destacar, ainda, as políticas públicas da área de deficiência visual contidas nas legislações locais, que buscam avançar apontando para os direitos educacionais desse aluno, como o atendimento no contraturno de escolarização.

No entanto, percebemos que os direitos, considerando as políticas, não têm se constituído como dever em ofertar o que está estabelecido, mas o município vem fazendo tentativas. Nesse contexto, remetemo-nos a Nunes (2016, p. 214) que analisa:

[...] percebemos que, por si só, as políticas públicas existentes em vigor, atualmente, não garantem a concretização desses direitos. Ainda se fazem necessários conhecimentos e estratégias de como transformar o discurso proclamado nas diretrizes em ações para a garantia efetiva do direito à escolarização dos alunos público da Educação Especial, e um caminho possível que apontamos é o compromisso ético da gestão política dos sistemas de ensino.

No entanto, enfatizamos não ser plausível avaliar a política vivida por Vila Velha sem considerar a descontinuidade que se deu na área de Educação Especial, inclusive das políticas do contraturno para alunos com deficiência visual. Com isso, o estudo do movimento das políticas públicas e das contradições presentes no contexto é um elemento central nas análises (MAINARDES; ALFERES, 2014).

A institucionalização da escola referência é a busca por garantir alguns direitos educacionais do aluno com deficiência visual. É uma tentativa de se estabelecer mais qualidade na educação para esse público. Lançando um olhar sobre os dados, salientamos que é um avanço ter essa política escrita e aprovada em nível local. As escolhas políticas podem não ser ainda as ideais, mas são as possíveis na processualidade das políticas que perpassam Vila Velha.

Nesse contexto, enfatizamos que o aluno tem direito a estudar na escola mais próxima de sua residência. A Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008, assegura “[...] vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade” (BRASIL, 2008).

Com isso, lembramos que a política de escola referência não responde necessariamente a tal legislação. São situações polêmicas no âmbito da política

e da gestão. No entanto, especificamente no caso de Vila Velha, acreditamos ser uma alternativa que pode beneficiar o aluno com deficiência visual, visto que as descontinuidades políticas afetaram os avanços da área de Educação Especial na rede de ensino.

Assim, a efetivação de escolas referência se justifica, em nossas análises, pela busca, dentre outras questões, da efetivação do atendimento que deve ser realizado no contraturno de matrícula. Um direito que também é preconizado pelas legislações nacionais vigentes.

Acreditamos que os gestores do Núcleo de Educação Especial buscam dilatar o presente com inúmeras experiências relevantes, pensando em um futuro concreto, construído com as oportunidades que existem no presente (SANTOS, 2007).

Dessa forma, o estudo apresentado nesse texto nos evidencia as tentativas de alguns profissionais do Núcleo de Educação Especial, comprometidos em proporcionar melhores condições para se efetivar a matrícula, permanência e acesso ao conhecimento para alunos com deficiência visual, pois nada está posto, visto que as construções, as ideias e as tentativas vão se fazendo nas relações com o outro.

Almejamos que este estudo favoreça atitudes mais colaborativas no interior da Secretaria Municipal de Educação e das escolas, fazendo emergir, no município de Vila Velha, ações mais efetivas para alunos com deficiência visual no presente, pois “[...] é no presente que se cuida do futuro” (SANTOS, 2010, p. 116).

Acreditamos que sejam alternativas “credíveis” e, “Quanto mais ampla for a realidade credível, mas vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos” (SANTOS, 2006, p. 799), potencializando os processos de escolarização para alunos com deficiência visual, haja vista que as escolas referência terão responsabilidades com o aluno, pois, se ele está

naquela escola, que é considerada referência na área, a escola tem que se movimentar e se programar para oferecer as melhores condições possíveis de escolarização para o alunado.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40.

BERNARDO, Rosane de Moraes. **Trajetória(s) das políticas públicas de educação especial/inclusiva, no município de Vila Velha no período de 2004 – 2008**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

Carvalho, Merislandia Paulo da Silva. **Deficiência visual: da política educacional à organização escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson; ALFERES, Marcia Aparecida. Sociologia das políticas educacionais: contribuições de Roger Dale. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 392-416, maio/ago. 2014.

NUNES, Isabel Matos. **Política de escolarização de sujeitos com diagnóstico de deficiência múltipla: tensões e desafios**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; e ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

TOSTA, Estela Inês Leite. **Educação especial em Mato Grosso: trajetórias e políticas públicas na rede estadual de ensino**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Bedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 24, p. 139-172, mar. 1988.

VILA VELHA. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. **Projeto de Implementação da Educação Especial para Deficientes Visuais no Município de Vila Velha/ES**: enxergando o futuro. Vila Velha, 2005.

VILA VELHA. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. **Projeto-Político Pedagógico**: o atendimento educacional especializado no contraturno para alunos com deficiência visual. Vila Velha, 2008.

VILA VELHA. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. **Projeto de Atuação do Núcleo de Educação Especial/Semed (versão preliminar)**. Vila Velha, 2013.

VILA VELHA. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. **Lei nº 5.629, de 24 de junho de 2015**. Plano Municipal de Educação. Vila Velha, 2015.